

# De Luziânia ao Buriti

JARBAS SILVA MARQUES  
Especial para o CORREIO

Hoje, quando forem empossados Joaquim Domingos Roriz e Márcia Kubitschek, como os primeiros governantes eleitos do DF, pesarão sob seus ombros a honra e a responsabilidade de governarem a cidade-estado sonhada desde os primórdios da nacionalidade por Joaquim José da Silva Xavier — o Tiradentes — e seus companheiros e pelo “Grupo de Santa Luzia”, que manteve a chama mudancista acesa por 60 anos. Quis a história que ambos, Joaquim Roriz e Márcia Kubitschek, tivessem profunda identidade com Brasília e o DF.

Joaquim Domingos Roriz jamais poderia supor que, 34 anos depois de assistir a chegada, a sua terra natal, Luziânia, do engenheiro José Ferreira de Castro Chaves — O Juca Chaves — com os três primeiros operários da construção de Brasília — Sebastião Calazans, Francisco Rodrigues Monteiro e José Joaquim dos Santos —, viria a ser o primeiro governador eleito pela consagradora vontade popular.

Márcia Kubitschek, filha do construtor de Brasília e um dos principais responsáveis pela interiorização do progresso no hinterland brasileiro, vivenciou desde a puberdade às discussões e lutas para a sua construção, participando ainda da primeira fase da organização política iniciada em 1986, com a eleição de senadores e deputados federais, e consolidada a 15 de novembro, com as eleições de deputados distritais, federais e um senador de mandato pleno.

## FILHO DA TERRA

A posse de Joaquim Domingos Roriz como o primeiro governador eleito do DF, constitui-se na maior homenagem ao “Grupo de Santa Luzia”, que por 60 anos manteve a luta pela mudança da capital federal para o planalto central, pondo fim também aos “pára-quedistas” de todos os matizes que governaram a cidade como prefeitos ou governadores nomeados. “Tem ele — segundo Benedito de Araújo Melo — os pés três vezes fincados em Brasília: como goiano, como luziano e como canguango”.

O historiador Dito de Melo quis dizer que como goiano, seu estado abrigou o DF, como luziano por ter seu pai cedido suas terras a 21 de maio de 1956 para a constituição do Distrito Federal e como canguango, por ter participado da construção de Brasília.

Ainda na vertente familiar, cabe ainda a seu sogro, Jorge Pelles, a primazia histórica de ter sido o primeiro a ter suas terras desapropriadas pelo governo de Goiás, em ato realizado no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, terras essas que hoje abrigam toda a Asa Sul até as proximidades da Granja do Torto.

Coincidências metafísicas à parte, até mesmo a sua iniciação na vida política recebeu a contribuição de Brasília, eis que o seu primeiro mandato parlamentar (vereador em Luziânia), no qual sagrou-se o mais votado, foi conseguido com os votos do Núcleo Bandeirante, que à época pertencia à Comarca de Luziânia.

Na década de 70, quando a população de Brasília expressava a sua repulsa à ditadura militar, Joaquim Roriz, ao lado de Walter Rodrigues e seus companheiros do MDB, transformaram Luziânia na “Capital da Resistência do Entorno” e na segunda região metropolitana de Goiás, liderança esta, que o iria levar à vice-governadoria do estado, e a governador do Distrito Federal em setembro de 1988.

## GRUPO DE SANTA LUZIA

Os primeiros movimentos pela transferência da capital para o interior brasileiro, foram iniciados na então província colonial de Minas Gerais, pelos heróis da nacionalidade Felipe dos Santos e Joaquim José da Silva Xavier, o Tira-

dentes. Pretendiam eles que a nova capital fosse sediada em São João Del Rei.

O mérito da escolha do planalto central como local ideal para a futura transferência deve-se tributar ao cartógrafo goiano Francisco Tossi Colombina, que, em 1749 elaborou uma carta de Goiás e das capitâncias próximas, sugerindo a mudança da capital do litoral, para essa região.

Após a repressão a Tiradentes e seus companheiros, o ideal mudancista é retomado duas décadas depois por Hipólito José da Costa, que editou e fundou no seu exílio, em Londres, o jornal CORREIO BRAZILIENSE.

Em 1823, José Bonifácio encaminha à Assembléia Geral Constituinte do Império, um memorial no qual indica a região de Paracatu, Minas Gerais, como ideal para a construção da nova capital, sugerindo, ainda, o nome de “Brasil”.

Um ano depois, nos autos da Revolução Pernambucana (Confederação do Equador) é sugerida a transferência, mas, só em 1831, por iniciativa do deputado paraense João Cândido de Deos e Silva é encaminhada a primeira proposição em forma de projeto legislativo para a “escolha de um ponto central do País para a edificação da futura capital”.

Dois anos depois, os deputados Ernesto Ferreira França, de Pernambuco e, Antônio Ferreira França, da Bahia, apresentam um projeto sugerindo a composição de um grupo formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado para elaborar as medidas para a concretização da transferência da capital.

Por 20 anos a luta mudancista esmaece no Poder Legislativo, até que, em 1852, o senador piauiense, Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque, apresenta um projeto de lei que autoriza o levantamento de um terreno, nas latitudes entre dez e 15 graus, para servir de território destinado à localização da futura “Capital do Brasil” entre os rios São Francisco, Maranhão e Tocantins.

No ano seguinte, o senador

João Lustosa da Cunha Paranaú, o segundo marquês de Paranaú, apresenta um projeto transferindo a Capital do Império para Monte Alto, no interior da Bahia. De 1853 a 1889 a mudança da capital desaparece das discussões parlamentares, aparecendo apenas nos comícios e discussões nos clubes republicanos.

Após a derrubada de Pedro II, é incluída na Constituição Provisória e, em 1891, é inserido na Primeira Constituição Republicana o projeto do deputado Virgílio Damásio (emendado pelo deputado Lauro Muller) pelo qual “Fica pertencente à União, no planalto central da República, uma zona de 14 mil 400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal”. Neste mesmo ano, o deputado piauiense Joaquim Nogueira Paranaú propõe ao Congresso o projeto para que o Poder Executivo seja autorizado a mandar explorar e demarcar o planalto central.

O marechal Floriano Peixoto constitui então a Primeira Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, sob a chefia de Luiz Cruls. O cientista Luiz Cruls e sua equipe, se deslocam para o planalto central e estabelecem em Santa Luzia (hoje Luziânia) a sua principal base de operações.

Santa Luzia que já era o mais importante núcleo de autodidatas da região Centro-Oeste, recebe a Missão Cruls e o ideal mudancista contagia Evangelino Meireles, Plácido de Paiva, Gelmires Reis, Germano Roriz, Balthazar Reis, Joaquim Gilberto e Benedito de Araújo Melo. Eles que em seu isolamento geográfico editavam jornais e até livros desde o século XIX, passam a organizar politicamente o movimento que tinha Evangelino

Meireles como epicentro, desde a primeira década republicana.

Na Primeira República, a máquina política e eleitoral passa o controle dos neomonarquistas, que despojavam os positivistas republicanos do controle do Estado, estabelecendo sua supremacia com os “currais eleitorais à bico-de-pena”, fazendo esquecer por duas décadas o primeiro positivista que constava na Constituição de 1891 dispondo sobre a transferência da capital federal.

Evangelino Meireles que era não só o líder incontestado de Santa Luzia, mas a expressão política do planalto central, passa a articular com Antônio Americano do Brasil, eleito deputado federal por Goiás, a reativação do Movimento Mudancista. No início de 1921, os dois encontram o grande “gancho” histórico para relançar o movimento à nível nacional, já que no ano seguinte, 1922, se comemoraria o I Centenário da Independência.

Americano do Brasil, no dia 7 de dezembro de 1921 apresenta um projeto de lei, subscrito pelo deputado maranhense, Rodrigues Machado, para que fosse lançada a pedra fundamental da futura capital federal no planalto central.

O projeto é aprovado e no dia 7 de setembro, precisamente ao meio-dia é inaugurado o marco no Morro do Centenário, em Planaltina. Na solenidade, Evangelino Meireles foi o orador e Gelmires Reis representava os jornalistas brasileiros como correspondente de jornais paulistas e cariocas. Nesse dia, Benedito de Araújo Melo, aos 22 anos de idade, ficava em Luziânia, para no momento exato da inauguração, ele que era vereador, pronunciar na Câmara Municipal, o discurso de saudação ao fato político e histórico.

Depois desse fato, no ano seguinte manifesta-se em Americano do Brasil os primeiros sintomas de uma lepra de fundo alérgico, localizada basicamente no rosto. Americano do Brasil que estava engajado no Exército, como oficial médico, recebe autorização para usar barba e é incorporado às tropas do general Pantaleão Teles que bivacaram em Luziânia para combater a Coluna Prestes.

No contato pessoal com Benedito de Melo e Joaquim Gilberto, sedimenta-se em Americano do Brasil a vontade de ficar no planalto central, onde passa a clinicar. Dito de Melo faz o convite e, Americano vem para Santa Luzia e fixa sua residência até o seu assassinato, em 1932. Joaquim Gilberto e Benedito de Melo passam a ser revisores dos livros e dos textos históricos elaborados por Americano do Brasil. Benedito de Melo torna-se seu compadre e por anos a fio é quem lhe aplica o único remédio até então conhecido para a lepra, o “Óleo de Chalmolgra”.

Com a dissolução da Assembléia Legislativa de Goiás, por Getúlio Vargas, em 1930, Benedito de Araújo Melo perde o mandato e o Movimento Mudancista perde uma tribuna expressiva. Com o arrefecimento do Movimento Mudancista a nível nacional, ditado principalmente pela hegemonia de São Paulo e Minas Gerais no cenário político nacional, o movimento se manteve vivo em Luziânia através das ações administrativas e políticas de Gelmires Reis na Intendência Municipal. Gelmires Reis criou um loteamento chamado “Planaltópolis” (que hoje se localiza nas proximidades do Palácio da Alvorada e do Palácio do Planalto) e que era a “peça de marketing” do Movimento, distribuindo lotes nas capitais brasileiras a quem quisesse vir morar na “futura capital federal”.

Com o advento do Estado Novo e com a cassação do deputado Luziano à Constituinte de 1934, Sebastião Machado, os mudancistas do “Grupo de

Santa Luzia” envidam todos os seus esforços em apoio à construção de Goiânia como a nova capital do Estado de Goiás.

Com a redemocratização do País em 1946, Benedito de Araújo Melo e Joaquim Gilberto são eleitos deputados constituintes estaduais. Na Assembléia Constituinte do Estado de Goiás, Benedito de Melo e Joaquim Gilberto iriam colocar suas vastas culturas à consagração pública, elaborando a Constituição que foi considerada a mais evoluída e progressista de todas as constituições estaduais. Eles que tinham apenas o curso primário, numa Assembléia prenhe de advogados, médicos e engenheiros, tiveram funções políticas e administrativas altamente expressivas. Joaquim Gilberto foi o relator da Constituinte e Dito de Melo presidiu a Comissão Especial de Revisão Tributária e, posteriormente, a Segunda Secretaria.

Nos bastidores, a atuação de Benedito de Melo foi silente e eficaz, influenciando dois grandes vultos; os deputados João D’Abreu (representante do Norte e Nordeste) e Diogenes Sampaio (do Sul e Sudeste), para incluirem na Constituição do Estado de Goiás, o artigo 54, que dizia: “Localizada, neste Estado, na zona do planalto central, a futura capital da República, ficará, na data da decretação da mudança, desmembrada automaticamente do território goiano, a área que, para esse fim, for delimitada pelo Governo Federal até o limite máximo de 55 mil quilômetros quadrados”.

Essa capacidade de convenção e a tenacidade de Dito de Melo e Joaquim Gilberto conquistaram para o Movimento Mudancista um grande aliado; o ex-governador Jérônimo Coimbra Bueno (construtor de Goiânia e um dos idealizadores junto a Getúlio Vargas da “Marcha para o Oeste”, que após eleger-se senador, fundou a Rádio Brasil Central, em Goiânia que passou a ser no Brasil o órgão difusor das ideias da mudança e construção da nova capital do País.

No Senado Federal, Coimbra Bueno passa a ser um dos baluartes da luta pela construção de Brasília, contrariando o seu partido, a União Democrática Nacional — UDN —, que era visceramente contra a mudança.

A partir de Goiás, a campanha mudancista agita o País, conseguindo aliados em diversas classes sociais.

Com a morte de Getúlio Vargas assume a presidência da República Café Filho, que era da UDN e contra a transferência da Capital para o planalto central, o que faz com que o general Caiado de Castro (goiano) peça demissão da presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, sendo substituído pelo marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

O País vivia a campanha eleitoral e na cidade goiana de Jataí, o então candidato Juscelino Kubitschek pela primeira vez foi questionado se “iria cumprir a Constituição e mudar a capital para o planalto central”. Juscelino Kubitschek assumiu então o compromisso que iria cumprir a Constituição.

Diante da resistência de Café Filho e da UDN, o marechal José Pessoa e o então capitão Ernesto Silva (seu ordenançado) rumaram em avião para Goiânia e convenceram o governador de Goiás, Juca Ludovico, a iniciar as despropriações por conta do estado e a oferecerem à União, a fim de criar um fato político e desempurrar todo o processo.

Mesmo em minoria parlamentar, Juca Ludovico e sua assessoria fizeram em 24 horas o projeto que criou a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal.

JARBAS SILVA MARQUES é jornalista e pesquisador